

CURRICULUM VITAE

A) IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

Luís Verde de Sousa

Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Advogado (escritório na Rua Castilho, n.º 32, 4.º andar, 1250-070 Lisboa)

B) HABILITAÇÕES E EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2004)

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, modelo pré-Bolonha (2010)

C) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 2008.

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados, desde 2006.

Membro de Tribunais Arbitrais, desde 2011.

D) EXPERIÊNCIA ARBITRAL

Arbitragens em que participou:

- Como árbitro presidente ou único: 4
- Como coárbitro: 10
- Como advogado: 10

Áreas e setores preferenciais: Direito Administrativo, Direito da Construção.

E) PUBLICAÇÕES E CONFERÊNCIAS

Publicações:

- “A Revisão Extraordinária de Preços e Outras Medidas Constantes do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio – a sua Aplicação à Empreitada de Obras Públicas”, in *Empreitada de Obras Públicas – Formação e Execução do Contrato*, AAFDL, 2024, Coord LUÍS VERDE DE SOUSA.
- “A Revisão Extraordinária de Preços e Outras Medidas Constantes do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio – a sua Aplicação à Empreitada de Obras Públicas”, in *Revista de Direitos Administrativo*, n.º especial 3 – Empreitada de Obras Públicas (Coord. Luís Verde de Sousa e Luís M. Alves), 2022, pp. 109-125.
- “As Alterações ao Regime Legal da Revisão Ordinária de Preços”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 14, 2022, pp. 29-36.
- “Novidades em Matéria de Empreitada de Obras Públicas”, in *Atas da Conferência «A Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021»*, Org. Maria João Estorninho, Ana Gouveia Martins e Pedro Fernández Sánchez, AAFDL, 2021, pp. 245-253.
- “Breves Notas sobre as Principais Alterações em Matéria de Empreitada de Obras Públicas”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 10, 2021, pp. 51-57.
- “A Assinatura Eletrónica das Propostas: Alguns Problemas Criados ou Não Resolvidos pela Lei n.º 96/215”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 24, 2020, pp. 45-104.
- “Uma Análise das Causas de Exclusão Respeitantes a Termos ou Condições da Proposta”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 7, 2020, pp. 9-28.
- Comentário ao acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 28/02/2018, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 18, 2018, pp. 149-151.

- “O Âmbito de Aplicação Temporal do Novo n.º 2 do Artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 2, 2018, pp. 43-48 (em coautoria com Márcio Albuquerque Nobre).
- “A Recente Alteração ao Código dos Contratos Públicos: Pontos Positivos e Negativos e Algumas Dúvidas”, in *Revista da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas*, n.º 8, 2018, pp. 34-41.
- Comentário ao acórdão do Tribunal de Justiça da União europeia, de 05/04/2017, P. C-298/15, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 16, 2018, p. 169-173.
- “Algumas Considerações sobre o Novo Regime de Suprimento de Irregularidades das Propostas”, in *Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Coord. Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro, Tiago Serrão e Marco Caldeira, AAFDL, 2017, pp. 605-633.
- “Algumas Notas sobre a Adjudicação por Lotes”, in *e-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público*, Volume 4, n.º. 2, Novembro de 2017, pp. 67-86 (disponível em www.e-publica.pt).
- “Alterações ao ajuste direto e o (re)surgimento da consulta prévia” e “Possibilidade de suprir algumas irregularidades formais dos candidatos/concorrentes”, in *Relatório de Análise e Reflexão Crítica sobre o Anteprojeto de Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Cedipre, 2016, pp. 19-22 e 48-50.
- “Um Olhar sobre as Novidades em Matéria de Negociação de Propostas na Directiva Contratos Públicos”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 13, 2016, p. 189-210.
- “Breves Notas Sobre Prazos Procedimentais”, in *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, Coord. Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão, Vol. I, 3.ª edição, AAFDL, 2016, pp. 709-735.
- Comentário ao acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 15/01/2015, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 10, 2014, pp. 227-229.
- “Alguns Problemas Colocados pela Assinatura Eletrónica das Propostas”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 9, 2013, pp. 59-92.

- Comentário ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 09/04/2014, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 8, 2013, p. 121-124.
- Comentário aos acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 5/12/2013 e do Supremo Tribunal Administrativo, de 30/01/2013, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 7, 2012, pp. 145-151.
- “O Leilão Eletrónico na Contratação Pública”, in *Estudos de Contratação Pública – IV*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 231-303.
- Comentário aos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, de 20/06/2012 e do Tribunal Central Administrativo Sul, de 13/09/2012, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 6, 2012, pp. 141-144.
- *L’Europe des Marchés Publics – Marchés Publics et Concessions en Droit Communautaire*, de Laurent Richer, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 1 (Janeiro-Abril 2011), pp. 301-303 (recensão).
- *A Negociação nos Procedimentos de Adjudicação – Uma Análise do Código dos Contratos Públicos*, Coimbra, Almedina, 2010.
- “A Negociação Pós-adjudicatória dos Atributos da Proposta”, in *Estudos de Contratação Pública – III*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 261-337.
- “Acerca do Princípio Proibição do Retrocesso Social”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXXXIII, 2007, pp. 747-803.

Conferências: participou, como orador, em diversas pós-graduações, colóquios e conferências sobre temas de direito administrativo, com particular incidência na formação e execução de contratos públicos.

F) ASSOCIAÇÕES A QUE PERTENCE

Membro da Lista de Árbitros do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa, desde 2014.

Membro fundador da Revista de Direito Administrativo (RDA), desde 2017.

Membro da lista de árbitros do Centro Nacional de Arbitragem da Construção, desde 2019.

Presidente do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol, desde 2020.

Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Direito administrativo, desde 2022.

G) IDIOMAS PROFISSIONAIS

Português

Inglês

Espanhol